

Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe



Nalu Faria

Renata Moreno

sof



Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe

Nalu Faria
Renata Moreno



Feminismo e Integração da América Latina e Caribe
Publicação da SOF – Sempre Viva Organização Feminista

Textos

Nalu Faria e Renata Moreno

Revisão

Alessandra Terribili

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Ilustrações

Biba Rigo

Tiragem

5 mil exemplares

Impressão

RWC Artes Gráficas

Apoio para publicação

Oxfam

Fundação Heinrich Böll

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo/SP Brasil
Tel./Fax: (11) 3819-3876
Endereço Eletrônico: sof@sof.org.br
Página eletrônica: www.sof.org.br

São Paulo, outubro de 2007



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

5



UMA INTRODUÇÃO
AO DEBATE DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

7



REFLEXÕES SOBRE O
MOVIMENTO DE MULHERES E
O DEBATE DE PROPOSTAS POLÍTICAS

19



ELEMENTOS PARA
UMA INTEGRAÇÃO GERADORA DE IGUALDADE

29

BIBLIOGRAFIA

36

A integração regional é um assunto que ganhou centralidade na agenda política do continente a partir da perda de hegemonia do neoliberalismo e dos processos de mudança em curso na região.

As análises e posicionamentos que apresentamos neste caderno são fruto de nosso envolvimento nos processos de resistência ao livre comércio, como a campanha contra a ALCA, a Aliança Social Continental e o Fórum Social Mundial. A presença da SOF se deu a partir da REF, da REMTE e da Marcha Mundial das Mulheres, e buscou explicitar que a opressão das mulheres é um dos pilares fundamentais do modelo neoliberal. A economia feminista é uma ferramenta que contribui para dar visibilidade à grande quantidade de trabalho das mulheres que é fundamental para a reprodução do sistema, demonstrando que as mulheres são atorras econômicas e que a mudança do modelo econômico deve estar no centro da agenda feminista.

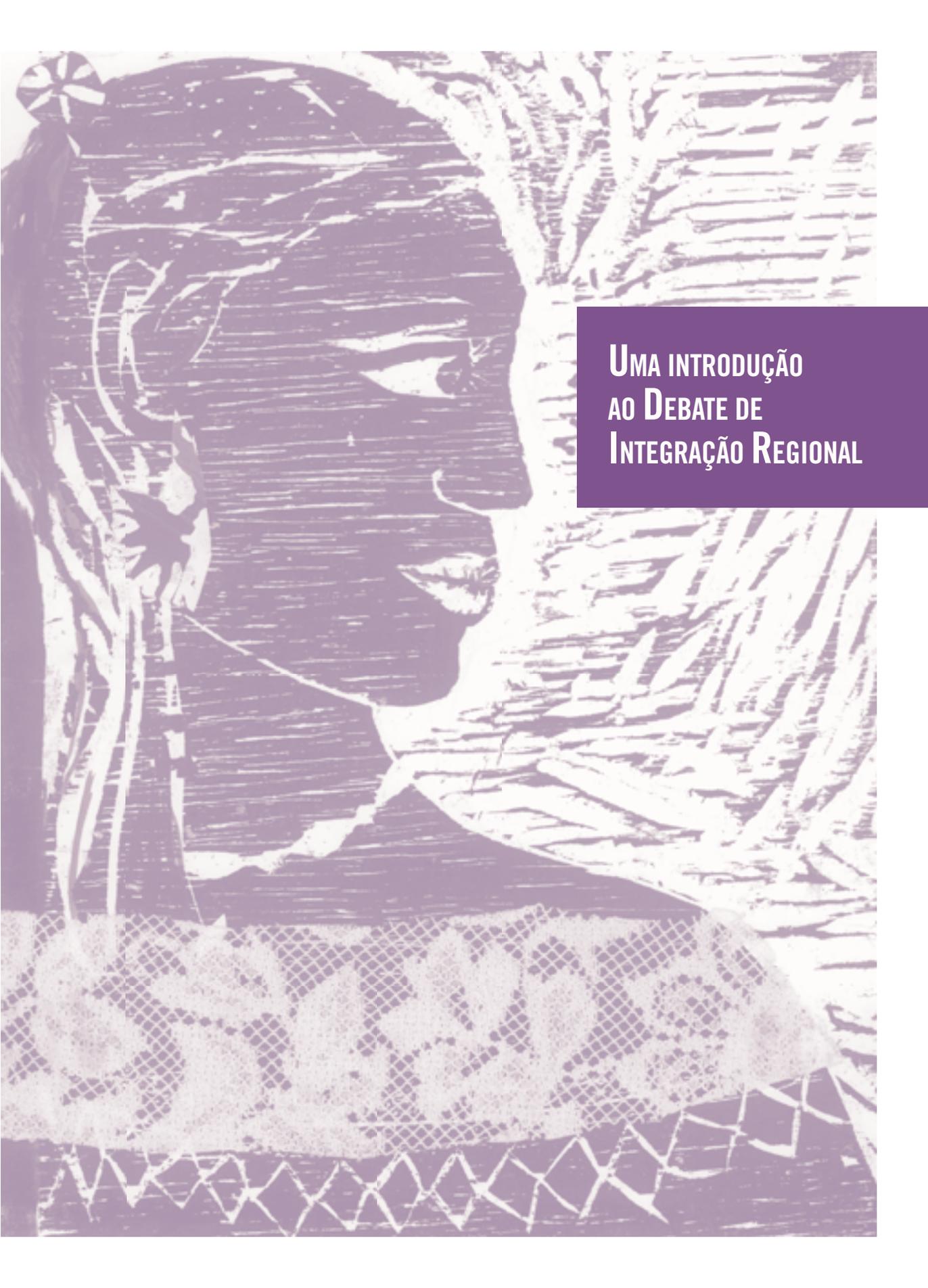
O objetivo de transformar a economia a partir do feminismo nos coloca o desafio de construir um posicionamento frente ao modelo como um todo, e por isso nos envolvemos nos processos de resistência ao livre comércio não apenas para reivindicar uma agenda específica de gênero, mas para avançar em conjunto com os movimentos sociais em direção a uma visão de transformação global, que incorpore a perspectiva feminista para construir igualdade.

A afirmação de que "Outra América é possível" se fortalece com as possibilidades de mudanças na região, e a presença feminista na construção de alternativas é tão importante quanto no momento de mais resistência.

Este caderno traz elementos que contribuem para a consolidação de um posicionamento próprio das mulheres neste processo. Os textos foram organizados para apresentar de forma geral o debate que está sendo feito no continente, analisar criticamente a trajetória do movimento de mulheres na formulação de propostas de políticas para as mulheres, e percorrer os acúmulos e os temas que o feminismo coloca para que as alternativas gerem igualdade.

As semprevivas





**UMA INTRODUÇÃO
AO DEBATE DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

A centralidade do debate sobre alternativas e, mais especificamente, sobre integração regional, expressa uma mudança na agenda política da América Latina e do Caribe que é parte das vitórias conquistadas pelos povos na luta contra o livre comércio e o neoliberalismo.

Na década de 90, o neoliberalismo se instalou em nossa região por meio de políticas de ajuste estrutural, do ajuste fiscal do Estado, a fim de gerar superávit para o pagamento da dívida, e pelo predomínio do livre mercado ancorado em políticas de desregulamentação do trabalho. Em nome da livre circulação das mercadorias, foram implementadas mudanças, em vários países, que reduziram a capacidade dos Estados Nacionais de desenvolver políticas de desenvolvimento autônomas e de proteção às suas economias. Evidentemente, essa foi uma realidade para os países do sul, uma vez que as políticas se voltaram a beneficiar as grandes transnacionais, que, em geral, estão situadas nos países do norte.

O discurso dominante foi, portanto, o da necessidade de globalizar os mercados, aumentar a competitividade e a eficiência. Nesse contexto, foi criada, em 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que teria como papel estabelecer regras comerciais para todos os países. Mas, na verdade, o que a OMC faz é acelerar o processo de liberalização comercial, que se dá por meio de normatizações que favorecem as gran-

des empresas transnacionais e não a maioria dos países (os países pobres), aumentando a concentração de riqueza e a desigualdade.

Foi nesse contexto também que os EUA lançaram a proposta da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que foi recebida com bons olhos pelos governos da região, cujos presidentes estavam comprometidos com o projeto neoliberal. Essa proposta de criar um espaço comum de comércio, surgida do principal país imperialista, apresentava um diferencial em relação a vários processos de negociações comerciais. As grandes empresas daquele país seriam as beneficiadas pelas regras estabelecidas. Um espaço comum de comércio é acompanhado de um projeto político comum. Por isso os movimentos sociais caracterizavam a Alca como um projeto de anexação e recolonização, e com essa visão, construíram a resistência à Alca e ao livre comércio em todo o continente.

Durante a luta contra a Alca, os movimentos sociais construíram um discurso de resistência que já apontava para algumas alternativas, entre as quais aparecia a integração dos povos. Mas não é qualquer integração regional que é positiva para os povos. A proposta da Alca, por exemplo, carregava um conteúdo de integração que rechaçamos por inteiro. Era uma proposta que ia além de uma área de livre comércio, mas a partir de capítulos temáticos, buscava interferir nas definições de um conjunto

de políticas, colocando mais obstáculos à soberania dos países. Alguns exemplos de negociações esclarecem o sentido geral da Alca. Havia negociações específicas que tinham como objetivo proteger os investimentos internacionais. O argumento era de que seria necessário criar um ambiente estável para os investimentos, e algumas iniciativas, como a proteção social e do meio ambiente, eram consideradas ameaças a esse ambiente estável.

A agricultura também era um tema em que a negociação ia no sentido oposto das reivindicações históricas de reforma agrária e soberania alimentar. Outra questão dizia respeito a algumas regras que seriam estabelecidas com relação às compras governamentais. Os governos municipais, estaduais ou federais, não poderiam dar preferência a empresas locais em suas compras. Essa seria mais uma maneira de direcionar para fora de nosso país o dinheiro arrecadado com os impostos, além de não incentivar a geração de empregos. Outro capítulo importante propunha que os serviços, desde as telecomunicações até a saúde e educação, pudessem ser comercializados. Além destes, outros temas estavam em jogo, e por isso, a negação à ALCA significou o rechaço a um modelo de dominação e aprofundamento das desigualdades.

Naquele momento, na América Latina e Caribe, predominavam governos conservadores e neoliberais, que tinham uma posição

submissa e acatavam a proposta da Alca. Dessa forma, tentaram impor uma visão de integração que nada mais era que um projeto neocolonizador, que buscava tornar os países latino-americanos mais dependentes para continuar a utilização de suas riquezas naturais e mantê-los como economias produtoras de matérias-primas.

Na América Latina e Caribe, no início dos anos 90, já havia processos em curso que se inspiravam na experiência europeia, que, desde os anos 70, propunha uniões alfandegárias e mercados comuns (Silvia Portela, 2007). Esse foi o caso, por exemplo, do Pacto Andino, que depois conformou a CAN (Comunidade Andina de Nações) e da Caricom (Comunidade e Mercado Comum do Caribe).

Reunindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a construção do Mercosul (Mercado Comum do Sul) teve início em 1991, quando os países eram governados por governos neoliberais. Esse acordo pretendeu estabelecer um bloco comercial, que tinha o livre comércio como horizonte, e acabou fortalecendo a idéia geral da Alca.

A resistência à ALCA

Foi em Belo Horizonte, em 1997, durante um fórum da sociedade civil paralelo à reunião oficial de negociações da Alca, que surgiu a iniciativa de se criar uma articulação de movimentos sociais e ONGs com o objetivo de debater ações frente à proposta da Alca.

A partir deste processo, formou-se a Aliança Social Continental (ASC).

Nos debates da Cúpula dos Povos, em 2001, os movimentos se propuseram a organizar uma Campanha Continental contra a Alca, que foi lançada meses depois, no Fórum Social Mundial de 2002.

Mesmo sendo um momento reativo, desde o início esteve colocado o debate de alternativas, apontando o tema da integração dos povos como a resposta. A ASC elaborou o documento "Alternativas para as Américas", no qual apontava análises e posicionamentos dos povos frente aos temas e propostas da Alca. A análise da Campanha contra a Alca, desde sua formação, era de que a Alca ia muito além de um tratado comercial, e na verdade, tratava-se de um projeto de dominação imperialista. A partir dessa compreensão, a Campanha se organizou em torno da resistência aos três pilares de sustentação do modelo: o livre comércio, a dívida e a militarização. Foi com essa compreensão que, na ASC e na Campanha, encampou-se uma luta geral contra o livre comércio e, por isso, também contra a OMC e demais tratados de livre comércio (como, por exemplo, a proposta do tratado entre a União Européia e o Mercosul).

Mas havia outras posições, inclusive no campo da esquerda, sobre qual deveria ser o posicionamento frente à Alca e ao livre comércio. Alguns setores avaliavam que a Alca já era um fato, que não teríamos força

para derrotá-la, e passaram a ter como eixo de atuação a disputa pela entrada de alguns pontos que minimizassem os estragos que a Alca poderia causar.

No caso do movimento de mulheres, isso também aconteceu. A partir da análise que enfocava os impactos dos acordos sobre as mulheres, um setor optou por tentar incluir a dimensão de gênero nas negociações, nos marcos de cláusulas sociais, com a expectativa de que assim seria possível "amenizar" os impactos negativos dos acordos. Mas outro campo do movimento de mulheres, do qual a Marcha Mundial das Mulheres e a Remte participam, desde o início se posicionou contra a Alca, com a análise de que nenhuma mudança no interior da Alca conseguiria transformar esse projeto em algo positivo para os povos. Esse posicionamento se embasava em uma análise de que as relações de gênero estão no centro do modelo econômico, e que o neoliberalismo se combina com o machismo para se fortalecer. O exemplo das maquilas na América Central e no México ilustrava essa análise. As maquilas são zonas industriais onde a maioria das pessoas que trabalham são jovens mulheres. A exploração do trabalho é intensa, não há direitos trabalhistas, o assédio e uma série de imposições às mulheres são freqüentes (como o atestado de que não estão grávidas para serem contratadas). Além disso, nas regiões de maquila, houve um aumento da violência contra as mulheres. A maioria das empresas

que vendem os produtos desenvolvidos nas maquilas são as transnacionais, exatamente as mais beneficiadas com acordos como a Alca.

A partir de 2003, teve início um processo maior de resistência por parte de alguns governos que tinham visão crítica ao projeto da Alca, em particular, naquele momento, os países do Mercosul. Com isso, a Venezuela, que até então era o único país que apresentava ressalvas com relação às negociações, saiu do isolamento.

Mas os movimentos sociais da América Latina tiveram uma grande vitória em 2005: na reunião dos presidentes das Américas, em Mar del Plata, na Argentina, na qual Bush tinha interesse de retomar as negociações da Alca, os governos progressistas da região deram um basta a essa tentativa e enterraram a proposta.

Então, colocou-se com mais ênfase o debate de alternativas e da integração regional, mas com uma perspectiva bem distinta daquela apresentada pela Alca. Porém, o resultado desse debate não está definido desde já. O que se pode afirmar é que há uma ruptura da hegemonia neoliberal no continente, que possibilita recolocar a soberania como horizonte a ser alcançado, tanto pelos povos com relação a seus recursos, quanto pelas nações na definição de políticas, mas também pelas mulheres com relação a seu corpo.

A integração regional pode contribuir para o desenvolvimento de nossa região, mas a

partir de outra lógica, que coloque como objetivo a satisfação das necessidades dos nossos povos, a diversidade, a sustentabilidade ambiental e da vida humana. O caráter do Estado também está em debate, não só no sentido de recuperação de seu papel e de reverter os processos de privatização, mas de desempenhar um papel estratégico na construção de outro modelo, que tenha como eixo a sustentabilidade da vida.

O debate de integração hoje

É possível identificar, nos discursos sobre alternativas de integração, alguns enunciados como a complementaridade, a solidariedade, a cooperação e a justiça. Esses são elementos que a economia feminista sempre colocou como eixos para a construção de outra economia. O desafio é que esses enunciados não fiquem apenas nos discursos, mas se transformem em realidade nas propostas e políticas apresentadas. A América do Sul é uma região de muita diversidade, mas também, de muita desigualdade em termos de desenvolvimento, recursos naturais, etc. Para que a integração regional fortaleça um horizonte de superação do neoliberalismo na região, deve realmente se guiar pela cooperação e complementaridade. A solidariedade entre os povos é estratégica para a superação dessas desigualdades. Nesse mesmo sentido, as políticas nacionais não podem caminhar para o outro lado do processo latino-americano, mas sim, contribuir para seu sucesso.

É importante considerar que, ainda que se tenha barrado a Alca, e que a OMC e as instituições financeiras internacionais não estejam com tanta força, suas políticas ainda não foram desmanteladas. As empresas concentraram muito poder nesse período na região, não só econômico, como político e social, por vezes cumprindo algumas funções que deveriam ser do Estado, mas também, sendo protagonistas de conflitos com comunidades pelo controle de recursos estratégicos, como a terra e a água (Magdalena Leon, 2007). Então, o poder que as empresas, especialmente as transnacionais, têm hoje, em nossa região, deve ser enfrentado, mas essa não é uma disputa fácil, que podemos vencer de uma hora para a outra. E as propostas de acordos de livre comércio também não desapareceram. Há, por exemplo, a tentativa da União Européia de negociar um acordo com o Mercosul e também com o Caribe, que reproduz a maioria dos elementos e a visão geral da Alca que criticamos.

Mesmo com essa conjuntura complexa, e antes mesmo de a Alca ser derrotada definitivamente, já se colocavam com mais força propostas de alternativas, especialmente a partir de alguns governos, como, por exemplo, a proposta da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) feita pela Venezuela, e a criação da Unasul (naquele momento, Comunidade Sul-Americana de Nações - CSN). E nos movimentos, inten-

sificava-se a discussão sobre alternativas e integração dos povos.

Pelo lado dos movimentos sociais, os debates atuais têm como ponto de partida o acúmulo construído na luta contra a Alca e a OMC e no processo FSM: os vários documentos e declarações elaborados ao longo desses anos trazem algumas propostas que mostram o sentido político para o qual se quer caminhar. Mas está colocado o desafio de responder concretamente às possibilidades dessa conjuntura e passar da resistência à proposição de alternativas.

Considerando o processo recente, alguns elementos balizam nosso debate. Em primeiro lugar, hoje, existe uma diversidade de sujeitos políticos que trazem problemáticas e questionamentos a alguns paradigmas que antes não eram reconhecidas, como a dimensão da opressão das mulheres, do racismo, das questões indígena e ecológica. A força e mobilização desses setores nos garantem e nos exigem a capacidade de construir propostas de integração que tenham uma visão integral. Por exemplo, não nos servem projetos que proponham alavancar o crescimento econômico, mas sem considerar a dimensão da sustentabilidade ambiental.

O segundo elemento se refere ao significado da implementação das políticas neoliberais no continente: aprofundamento das desigualdades, privatização dos serviços sociais, imposição do pagamento da

dívida ilegítima e um processo de destruição do sentido público do Estado e dos direitos sociais.

O debate de integração não é abstrato ou genérico, mas deve responder às utopias de mudanças e gerar propostas para a construção de projeto por parte dos povos, de caráter igualitário e de emancipação humana. Para isso, projetos de integração regional não podem estar orientados para garantir as regras do mercado e das empresas transnacionais. O tema da integração deve ser uma ferramenta para que, conjuntamente, possamos avançar na luta anti-imperialista e na luta para derrotar o sistema capitalista.

As novas possibilidades da América Latina

Debate e propostas de alternativas para a América Latina, em especial na América do Sul, não aparecem por acaso. A conjuntura política nesta região é muito diferente da que vivemos nos anos 90, quando foi criada a OMC e foi apresentado o projeto da Alca. Essa mudança é, em grande parte, fruto da resistência organizada pelos movimentos sociais na região, a partir da construção de um movimento unitário que percorreu todo o continente americano, e que, além da resistência ao neoliberalismo, recolocou a luta anti-imperialista. Outro fator importante para a consolidação da nova conjuntura latino-americana são as vitórias eleitorais de governos progressistas, que, em vários países, construíram maioria política apre-

sentando-se como alternativa às políticas submissas ao imperialismo estadunidense. Há muitas diferenças entre esses governos, que, muitas vezes, têm políticas contraditórias e conflitivas.

Nesta nova dinâmica, propostas concretas foram apresentadas, como a Alba e o TCP (Tratado de Comércio dos Povos). Em conjunto, essas questões fizeram movimentar outras dinâmicas dos acordos sub-regionais, como, por exemplo, a saída da Venezuela da CAN (Comunidade Andina de Nações) e seu pedido de ingresso no Mercosul.

A maioria das iniciativas que temos debatido se localiza na América do Sul, mas também tem reflexos na América Central e Caribe, problematizando, inclusive, a situação mexicana. Isso porque essas sub-regiões têm mais acordos de livre comércio assinados com os EUA, o que torna os países mais dependentes. Ainda assim, essa conjuntura de possibilidades fortalece os movimentos de resistência nesses países.

Processos regionais em curso

Já citamos anteriormente alguns acordos regionais, mas vamos retomar alguns deles, seja pelo nível de envolvimento do Brasil (Mercosul e Unasul), ou pela abrangência das propostas (Alba e TCP).

Mercosul

O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 1991, um tratado que

estabeleceu o Mercado Comum do Sul, o Mercosul, que seria alcançado com algumas iniciativas como a livre circulação de fatores produtivos (capital, mão de obra, etc), bens e serviços, além do sentido comum das políticas macroeconômicas dos países e de uma tarifa externa comum.

O fato de que a conjuntura mudou nesse período não significa que o Mercosul tenha automaticamente se transformado, mas há novos elementos. Um dos elementos é que, a partir de 2003, fala-se em uma "integração positiva", baseada em projetos de desenvolvimentos com políticas públicas que combatam problemas estruturais dos países.

Mas, no caso do Mercosul, suas possibilidades e desafios estão marcados pela correlação de forças interna dos países. No caso do Brasil, por exemplo, existem setores conservadores que têm influência no governo e pressionam para que o Mercosul siga com seu caráter neoliberal, inclusive sendo contrários à entrada da Venezuela no bloco. Outros setores, no interior do governo, falam de um Mercosul Social e Solidário, buscando incorporar uma dimensão social a esse processo de integração.

Com a criação do Parlamento do Mercosul, é mais provável que esse tema ganhe terreno na sociedade, pois a população dos países terá que eleger seus representantes para esse Parlamento, assim como elegem deputados e deputadas para o Congresso Nacional.

Unasul

Antes de se chamar Unasul (União da América do Sul), chamava-se Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). Foi lançada em 2004, com a proposta de reunir todos os países da América do Sul, a partir também dos blocos comerciais já existentes (Mercosul e CAN). Os eixos da Unasul são o fortalecimento democrático da região e a cooperação social e cultural; a integração econômica, comercial e financeira, a partir de acordos de livre comércio; e o desenvolvimento da infraestrutura física, energética e das comunicações. O eixo que mais avança nos debates é o da infraestrutura, que, a partir de um ajuste da proposta inicial da IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana), conta com 31 projetos.

Os obstáculos para a consolidação da Unasul têm a ver com o fato de que alguns países têm muita relação com os Estados Unidos, pois já firmaram tratados bilaterais de livre comércio, e com o fato de haver compreensões distintas sobre o que pode ser essa integração: desde visões de que deve ser apenas uma integração física e comercial, até o entendimento de que se pode configurar uma integração realmente alternativa, e constituir um bloco antiimperialista.

Com relação à Unasul, parece haver abertura para a participação da sociedade civil. Em dezembro de 2006, os movimentos sociais e os governos dos países

da Unasul tiveram uma experiência interessante de diálogo sobre esse processo. Foi em Cochabamba, na Bolívia, quando os movimentos organizaram a Cúpula Social pela Integração dos Povos e, além de convocar os governos para um diálogo sobre as propostas e temas em questão, discutiram entre si consensos e propostas para uma integração a partir dos povos.

Alba e TCP

A visão que os TCP (Tratados de Comércio entre os Povos) expressam, apesar de ter o comércio em seu nome, é que esse não é um fim em si mesmo, mas um meio para o desenvolvimento dos países. Os TCP são acordos estabelecidos entre Bolívia, Venezuela e Cuba que levam em conta a diversidade cultural e a história dos países. Está baseado na complementaridade, impulsionando o comércio de produtos produzidos por comunidades tradicionais, pelos camponeses e camponesas e pela economia solidária.

A Alba foi proposta pelo governo venezuelano de Hugo Chavez, em contraposição às negociações da Alca. A Alba tem, entre suas propostas, o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre os países latino-americanos, relacionados não só à economia, mas a educação, saúde, etc. É um mecanismo para fortalecer as posições políticas da região frente às propostas semelhantes à Alca, baseadas no

livre comércio. Em dezembro de 2004, o primeiro acordo da Alba entrou em vigor, tendo como países signatários a Venezuela e Cuba. Baseado na reciprocidade entre os países, 2 mil jovens cubanos receberiam bolsas de estudos no setor energético na Venezuela, enquanto 2 mil jovens venezuelanos receberiam de Cuba 20 mil bolsas de estudo para cursar o ensino superior em qualquer área.¹

Em 2006, os três países (Bolívia, Venezuela e Cuba) assinaram o Acordo de Alternativa Bolivariana, composto pela Alba e pelo TCP. Nesse marco, desenharam-se compromissos de ações concretas de complementaridade produtiva, transferência de tecnologias, fortalecimento de meios de comunicação alternativos (como a Telesul), entre outras alternativas. Alguns compromissos estão relacionados ao tema energético, outros, com saúde e cultura, além de estarem presentes também medidas diretamente relacionadas ao comércio, como o fim de tarifas para as importações que Venezuela e Cuba fazem de produtos da Bolívia.

Temas em debate

Vários temas estratégicos estão em debate, mas muito marcados por conflitos e visões distintas e até opostas sobre como resolver as questões, como é o caso da infraestrutura, energia e financiamento.

1. Caderno de formação "Integração na América Latina", produzido pela ASC, Campanha Brasileira contra a ALCA e REBRIP.

A submissão de nossos governos às recomendações de instituições como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) é uma das características do modelo neoliberal. Isso se dá através de imposições sobre nossas políticas internas, imposições essas que beneficiam os interesses dos países mais ricos e suas grandes empresas, e sustentado por mecanismos desiguais de decisão, a partir dos quais os países que têm mais dinheiro nestas instituições têm mais votos, entre outros elementos de aprofundamento da dependência e da desigualdade.

Atualmente, há, em nossa região, um forte debate sobre a criação do Banco do Sul, lançada por Hugo Chavez em 2005, que logo passou a contar com o apoio do presidente da Argentina, Nestor Kirchner, e depois do presidente do Equador, Rafael Correa.

Entre as primeiras proposições desses governos para este Banco está a criação de um fundo de desenvolvimento que financie obras de infra-estrutura em regiões menos desenvolvidas em relação a outras regiões da América do Sul, o que, para dar certo, exige uma matriz de desenvolvimento autônoma, acompanhada de uma matriz energética. O sentido dos debates é que o Banco do Sul pode contribuir com a superação da dependência das instituições financeiras internacionais, como o FMI, além de atuar no sentido da redução de assimetrias entre os países da região. A formação do Banco do Sul e suas características estão em processo de debate.

Mas há tensões no debate sobre o Banco do Sul, especialmente no que diz respeito aos interesses dos países, que se expressam em resistências e entraves apontados nos últimos espaços de negociação sobre o Banco do Sul, demonstrando uma certa falta de vontade política de alguns governos de, de fato, implementarem o Banco do Sul. Uma questão que aparece é se o Banco do Sul seria um concorrente dos Bancos de desenvolvimento nacional, que apóiam as empresas e o crescimento nacional, uma preocupação que traz conflitos com a idéia geral da integração regional baseada na complementaridade. Outro "nó" nesse debate é se esse Banco vai se vincular ao dólar ou se vai ser autônomo. É importante salientar que a região tem um montante de reservas internacionais suficiente para essa iniciativa, ou seja, existe possibilidade concreta de que o Banco seja autônomo.

Em resumo, o futuro da proposta do Banco do Sul não está definido, há a possibilidade de ele não ser um modelo alternativo às instituições financeiras internacionais que existem hoje, ou seja, pode desenvolver projetos contraditórios aos interesses dos povos, mas, por outro lado, pode ser um pilar de sustentação importante para que a integração regional se configure garantindo a autonomia e independência de nossa região. Os movimentos sociais do continente, e no mundo todo, construíram crítica e ações de

denúncia e combate ao modelo do FMI e do Banco Mundial, mas sobre essa proposta concreta do Banco do Sul ainda não se tem uma visão comum dos movimentos sociais que dê a força necessária para interferir nesta disputa.

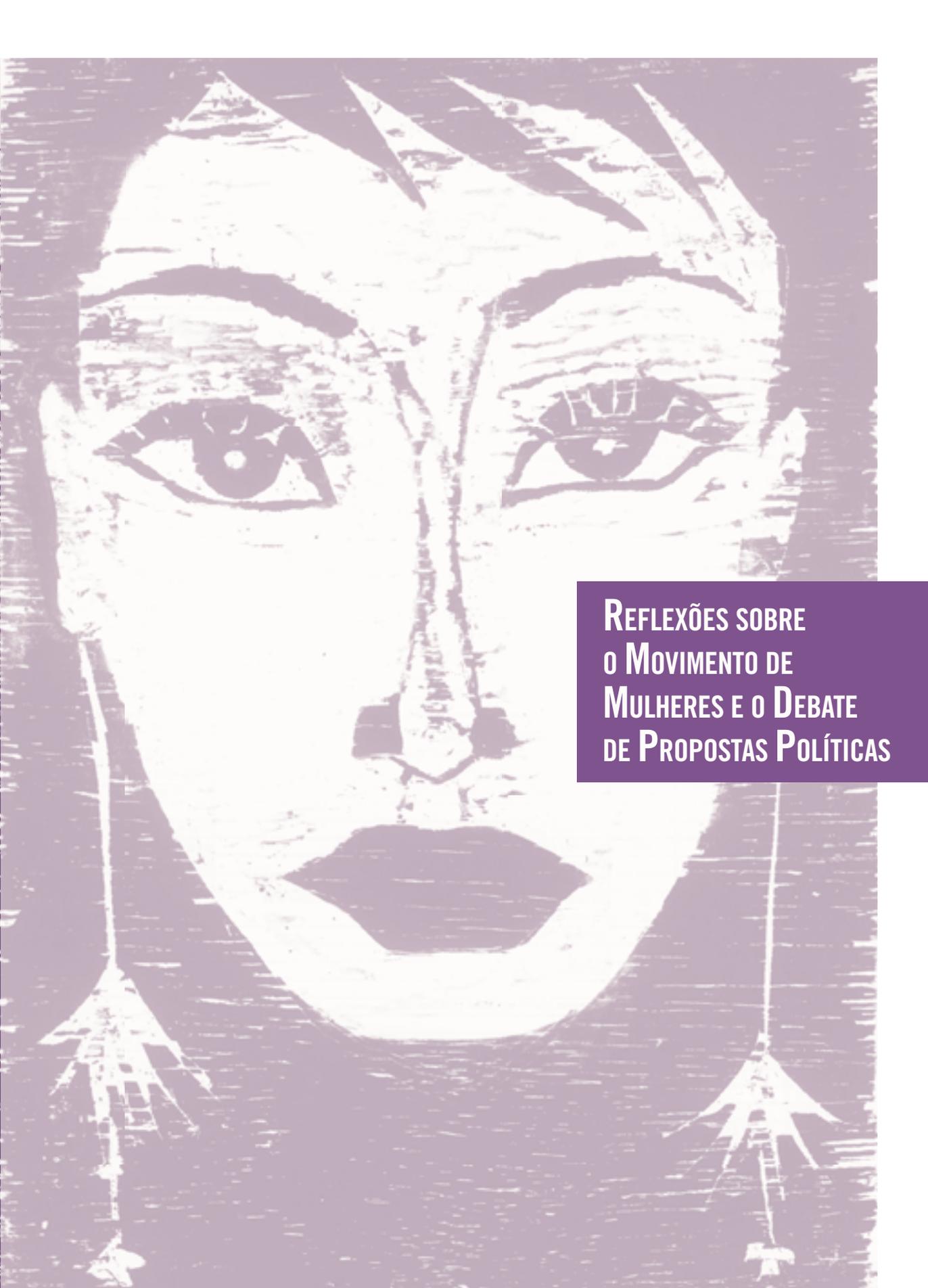
A integração física também está no centro do debate das questões estratégicas. Desde 2000, os governos da América do Sul começaram a discutir a proposta da IIRSA. Esse projeto, que pretende impulsionar grandes obras de infra-estrutura em transportes, energia e telecomunicações, segue em debate, mas as críticas provenientes dos movimentos são muitas. As demandas a que o projeto procura responder dizem respeito ao incremento da circulação de mercadorias para viabilizar os interesses produtivos e comerciais das grandes empresas, e em nenhum momento consideram-se demandas locais de energia e infraestrutura, ou os impactos das grandes obras nas comunidades.

O debate sobre a energia, nos marcos da integração regional, novamente coloca no centro da disputa o controle que as grandes empresas transnacionais passaram a ter sobre a exploração dos recursos disponíveis em nossos territórios e sobre a distribuição energética, muito relacionada às necessidades do modelo agroexportador. A soberania energética é um objetivo a alcançar, que passa, necessariamente, pela recuperação, por parte dos povos, dos recursos naturais e energéticos.

Além disso, o modelo energético deve ser questionado. Não é nada "alternativo" buscar outras formas de produzir energia para garantir o padrão de consumo exagerado imposto pela sociedade de mercado. Especialmente quando as "alternativas" mantêm as mesmas características tão criticadas pelos movimentos sociais na produção. O caso dos agrocombustíveis mostra isso com muita clareza, pois sua produção está rapidamente se expandindo no meio rural de nossa região, profundamente vinculado ao agronegócio, ao monocultivo, ao uso de transgênicos, etc. E a crítica ao padrão de consumo cabe aí não só pelo lado do modelo produtivo, mas também pelo de consumo individual, dado que boa parte dos agrocombustíveis se direciona para os automóveis.

Esse conjunto de iniciativas e propostas se desenrola nesse contexto complexo. Os processos nacionais não são homogêneos e carregam muitas contradições. Por isso, é limitado analisar os processos em curso opondo o que seria uma integração dos povos ao que é uma integração para as empresas. Há uma disputa dos projetos e dos processos, e é nessa disputa que os movimentos sociais estão intervindo, considerando as nuances e problemáticas em questão. Não se sabe qual o desfecho, e por isso, reforça-se a necessidade de uma forte atuação dos movimentos sociais, tanto no interior dos países como em nível regional.





**REFLEXÕES SOBRE
O MOVIMENTO DE
MULHERES E O DEBATE
DE PROPOSTAS POLÍTICAS**

Foi a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980 que na América Latina e Caribe se constituiu a chamada segunda onda do movimento feminista. Em nosso continente, muitas análises têm sido realizadas no sentido de avaliar a complexidade desse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e cultural.

Um aspecto comum em vários países é que a articulação do movimento feminista ocorreu em um contexto de ditaduras e foi parte do processo de luta pela redemocratização. Dentro deste processo, houve a construção de relações com outros movimentos sociais, e isso é apontado como um dos fatores responsáveis pelo crescimento do debate e da organização das mulheres nos setores populares. De forma geral, pode-se dizer que havia a influência de uma visão socialista e classista. Isso definiu como prioritárias as ações que buscavam levar o feminismo para as mulheres dos setores populares. Mas isso não impediu que, em vários países, surgisse a tensão entre “feministas e movimento amplo de mulheres”.

A grande mudança no desenvolvimento do movimento feminista se deu nos processos de transição das ditaduras para a democratização. Em vários países, setores do movimento passa-

ram a privilegiar a atuação por dentro dos governos, ainda que grande parte definia essa participação como a presença do movimento feminista dentro do Estado, sem reconhecer o compromisso com as forças políticas ou partidos governantes, ou seja, como parte do governo. A maioria das Ongs direcionou sua ação prioritariamente para assessorar governos via capacitação de profissionais, implementação de projetos e consultorias. São comuns falas sobre o movimento estar, inicialmente, de costas para o Estado e, depois, passar a atuar por dentro do Estado, a partir da ampliação da discussão e do reconhecimento da questão de gênero, que teria demandado do movimento (em particular das Ongs) esse tipo de atuação.

O debate nos anos 90

O processo de globalização neoliberal marcou os anos 90 e o desenvolvimento do feminismo, que, naquele momento, não teve uma posição crítica ao neoliberalismo como um todo. Assim, a globalização era analisada a partir de seus efeitos negativos e positivos. Os negativos se referiam à implantação das políticas neoliberais e seus impactos sobre as mulheres. O lado positivo da globalização, especialmente na Améri-

ca Latina, dizia respeito aos processos de redemocratização e às possibilidades decorrentes deles para melhorar as condições de vida das mulheres. Esse foi o cenário em que a agenda do movimento feminista se construiu em torno dos eixos democracia e cidadania (Virgínia Vargas, 1999).

Decorrente dessa análise, houve o deslocamento de um debate mais geral de mudanças, inclusive no plano ideológico, para um debate no campo da normatização dos direitos e de propostas de políticas públicas. Nesse momento, a palavra de ordem era ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando como grande horizonte o estabelecimento de políticas públicas, sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado vigente. Portanto, a ação se baseava em fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. Isso era bastante contraditório, uma vez que o debate geral era de redução das políticas sociais. Assim, essa visão se reduziu a uma visão de políticas públicas no Estado mínimo, que se reduz a políticas focais realizadas em parceria com a sociedade civil.

Além disso, em vários setores do movimento de mulheres, o debate era sobre a perda de sentido dos Estados

nacionais sob a globalização e, então, suas propostas deveriam ser dirigidas aos organismos e instrumentos internacionais, que, depois, seriam as referências para cobrar dos governos nacionais a implementação das políticas.

Na América Latina nos anos 90, tornou-se hegemônica no movimento de mulheres uma posição comumente denominada de institucionalizada. Essa posição se desenvolveu a partir da idéia de que os espaços de definição das plataformas internacionais – as conferências da ONU – eram os espaços prioritários de intervenção, onde se poderia fazer a disputa do sentido das plataformas, das concepções e das agendas públicas.

Em síntese, pode-se dizer que, a partir do ciclo de Conferências da ONU nos anos 90, prevaleceu um discurso triunfalista na maioria do movimento de mulheres. Avaliavam ter conseguido importantes avanços nas plataformas dessas conferências e que as tarefas seguintes estavam vinculadas ao monitoramento para garantir a implementação dessas propostas nos países. O fato é que esse processo desarmou, dispersou e despolitizou o movimento de mulheres. Enquanto ele se concentrou nas normatizações jurídicas e de políticas públicas focais, nos tempos

de neoliberalismo, o mercado organizou a vida das mulheres (Nalu Faria, 2005).

Após 5 anos das Conferências, nos processos de monitoramento (Cairo+5, Pequim+5, etc.), houve pressões para retroceder definições, ao mesmo tempo em que ficou evidente não só que as plataformas não foram implementadas, mas também que o modelo neoliberal havia aprofundando as desigualdades. Além disso, houve uma retomada dos setores conservadores no ataque a vários direitos das mulheres, em particular, o direito ao aborto. Alguns discursos feministas passaram a se referir a um paradoxo como explicação para o fato de que, segundo esta posição, as mulheres tiveram conquistas no campo dos direitos que não se traduziram em mudanças concretas. Porém, não necessariamente essa constatação estava acompanhada de um posicionamento crítico global ao modelo, mas sim ao debate de como incidir para que os governos tornassem efetivos tais compromissos. Por exemplo, ganhou força o debate sobre como incidir para que houvesse orçamentos sensíveis ao gênero. Ou seja, um debate que não questiona as bases de tais políticas voltadas ao ajuste fiscal do Estado e a geração de superávit primário.

Crítica ao neoliberalismo

Ao longo dos anos 2000, foi se fortalecendo no continente uma visão crítica ao neoliberalismo. De forma geral, isso se deu a partir da constituição de um movimento anti-globalização que, no caso das Américas, teve como expressões coletivas mais fortes o processo Fórum Social Mundial (FSM) e a Campanha contra a Alca e os TLCs (Tratados de Livre Comércio). Essa resistência, que se expressou também na alteração da conjuntura em diversos países, resultou em eleições de presidentes considerados progressistas, mesmo que entre eles existam muitas diferenças de posições, além de diferenças nos processos políticos de cada país.

No caso do movimento de mulheres, a referência a esse processo do FSM é importante, pois foi nesse espaço que convergiu a participação de um maior número de organizações de mulheres. Mas essa participação influenciou todo o debate e a forma de organização do movimento no continente. E isso tem ressonância no debate mais geral sobre visão de modelo e de integração, em particular.

O debate de propostas políticas no feminismo

Do ponto de vista dos debates feministas na região, houve, num primeiro estágio, a luta pela redemocratização

concomitante à afirmação de uma agenda própria das mulheres e da importância de constituir um movimento autônomo de mulheres.

Naquele momento, em vários países, as reivindicações transitavam por um leque amplo, mas foram se consolidando os temas de saúde, direitos reprodutivos e violência como parte da agenda específica das mulheres. Vale dizer que essa agenda se refere às chamadas "feministas históricas". Ao mesmo tempo, se proliferaram organizações temáticas e setoriais tais como de mulheres negras, lésbicas, rurais, sindicalistas, comunicadoras, entre outras. Essa fragmentação é também expressão e resultado da incapacidade do movimento de mulheres constituir uma organização geral com uma agenda global e integral.

Foi no processo de conferências da ONU dos anos 90 que se proliferou o debate em torno da categoria desenvolvimento, período no qual alguns organismos multilaterais já haviam incorporado e institucionalizado o tema da mulher e, posteriormente, gênero. Para o movimento de mulheres, foi nesse período que passou a ser consenso olhar o modelo de desenvolvimento considerando gênero como transversal, pois no período anterior, a maioria do

movimento atuava com perspectiva de incorporar a agenda específica das mulheres. Inclusive isso definiu uma das principais polêmicas do movimento nos anos 70 e 80: se a questão da mulher era específica ou geral. E naquele momento, havia três posições: uma que dizia que a chamada luta geral era mais importante, outra de que as questões específicas das mulheres eram prioritárias, e uma terceira (minoritária) que afirmava não haver contradição entre o específico e o geral, que deviam ser tratados de maneira simultânea. Com o uso da categoria gênero, se passou a debater o caráter estruturante como algo quase consensual.

O debate sobre desenvolvimento

A inclusão da perspectiva de gênero no debate de desenvolvimento se deu com a compreensão de que algumas condições sociais e econômicas seriam essenciais para o exercício de direitos e para o empoderamento das mulheres pobres.

As análises sobre os impactos das políticas de ajuste e da abertura comercial visibilizaram o caráter da incorporação das mulheres de forma massiva nos empregos precários e flexíveis como uma dimensão estruturante do modelo neoliberal. Da mesma forma,

evidenciaram a utilização das mulheres como forma de complementar e substituir o Estado, com a intensificação do trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, cresceram os estudos sobre o aumento da migração das mulheres do sul para o norte, assim como o crescimento do tráfico e da prostituição.

No campo do debate sobre desenvolvimento e políticas públicas, na segunda metade dos anos 90, ampliou-se dentro do setor então hegemônico do movimento feminista uma crítica às visões que passaram a centrar o foco das políticas de gênero no tema mulheres e pobreza.

Mas essa crítica não significou um avanço em direção à propostas redistributivas e de enfrentamento às políticas neoliberais. Pode-se dizer que ainda prevalece uma posição de minimização dos "impactos negativos" que conduz a propostas de políticas que aliviam e regulamentam tais atividades, sem questionar a natureza das mesmas. Ao mesmo tempo, profundas desigualdades entre as mulheres foram cada vez mais tratadas como diversidade e diferenciação entre as mulheres.

Na verdade, nos temas que se referem diretamente à esfera econômica, predominou uma visão liberal que recorre às possibilidades individuais de acionar recursos de forma eficiente

para se tornarem competitivas e obterem vantagens e ganhos necessários. Foi dentro dessa visão que se proliferou todo o debate do micro-crédito e do empreendedorismo.

Por fim, nessa visão, cada vez mais foram buscadas respostas de mercado para a problemática econômica das mulheres e, por isso, muitas análises se centram em como as mulheres assimilam essas experiências. Quase sempre, se entende o acesso ao ganho monetário e a maior independência econômica como uma melhoria das condições de vida anterior. Por outro lado, é importante problematizar que, em um modelo baseado no consumo, o acesso ao dinheiro influencia fortemente a subjetividade das pessoas, bem como justifica sacrifícios ou outros inconvenientes. É importante lembrar que isso se passou em um momento em que foi se destruindo o reconhecimento de que todas e todos têm direitos que devem ser garantidos, idéia substituída pela visão de que cada uma (um) deve "se virar".

O movimento de Mulheres e o tema da Integração

A partir do exposto anteriormente sobre a trajetória do movimento de mulheres, percebe-se que o debate sobre livre comércio e, mais tarde, sobre integração,

não foi priorizado pelos fóruns gerais do movimento de mulheres. Isso se deu nos fóruns e agendas propostos pelas organizações multilaterais.

Na verdade, grande parte dessas organizações feministas se incorporou ao debate sobre livre comércio quando a Campanha contra a Alca já estava em um nível muito avançado e já se desenhava possibilidade de maior resistência por parte também de alguns governos. Mesmo o FSM, que era um espaço propício para essa agenda, um setor do movimento encarou como espaço de disputa no qual as feministas deveriam estar para colocar sua agenda específica. Mas a atuação deste setor do feminismo, que no FSM se organizou nos “Diálogos Feministas”, não impediu que houvesse uma forte participação de mulheres com perspectiva feminista que consideraram, desde o início, o Fórum e a Campanha contra a ALCA como espaços de construção conjunta com os demais movimentos sociais de um projeto alternativo. Isso é parte, inclusive, da construção de uma nova dinâmica no movimento de mulheres, que fortaleceu novas articulações e redes. Esse é o exemplo da REMTE e da própria MMM.

Desde os anos 90, a análise do processo de abertura comercial exigiu uma visão mais ampla, uma vez que os instru-

mentos utilizados – os acordos e tratados de livre comércio – têm um alcance maior. As diferentes posições do movimento de mulheres se evidenciaram diante das negociações de tais tratados e acordos. Por um lado, as posições decorriam daquela mesma estrutura de análise que abordamos no início do texto, de identificar os aspectos positivos e negativos do livre comércio, assim como foi feito com a globalização. Ainda que algumas análises apresentassem uma visão mais crítica aos impactos do livre comércio na vida das mulheres, as propostas apontavam para a neutralização desses impactos negativos, especialmente com a introdução da dimensão de gênero e cláusulas sociais nos acordos.

Por outro lado, no campo do movimento de mulheres que a Marcha Mundial das Mulheres e a REMTE compõem, a análise foi se desenvolvendo não para debater apenas os impactos, mas para demonstrar a combinação entre mercado e patriarcado na estruturação do modelo neoliberal. A partir daí, construiu-se a crítica e o questionamento à liberalização e à sociedade de mercado, fazendo a conexão desta visão crítica da sociedade de mercado com a mercantilização da vida e do corpo das mulheres. A consequência desta visão é uma atuação baseada na mobilização, em ações mais contun-

dentes contra o modelo e em propostas radicais que são incompatíveis com as políticas neoliberais.

Outro marco para a definição dos diferentes tipos de posição frente ao neoliberalismo é a ruptura ou não com uma visão de direito individual e liberal que prevaleceu nesse modelo, mesmo em setores dos movimentos e Ongs. Isso se explicita em temas como a prostituição, as novas tecnologias reprodutivas, a utilização de técnicas voltadas à beleza e ao rejuvenescimento, o consumo, a publicidade, etc. A visão liberal se traduz na velha expressão: “mas se a pessoa escolhe...”, sem discutir o que é “escolher” em determinadas situações onde se tem poucas possibilidades para decidir.

De forma geral, pode-se afirmar que ainda há pouco debate sistematizado frente ao tema da integração, mas existe muita produção sobre desenvolvimento, direitos humanos, políticas públicas e democracia. Isso se explica, por um lado, pelo fato de que a maior parte do movimento esteve por mais de uma década envolvido com o seguimento do processo das Conferências da ONU. Nesse tema de comércio e acordos sub-regionais, uma maior reflexão acumulada se refere ao Mercosul e, mais recentemente, ao NAFTA (sigla em inglês do Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

A nova conjuntura na América Latina e a evidente crise mais geral do modelo neoliberal, somados a um esgotamento dessa agenda vinculada ao processo das Conferências, levaram a novas reflexões e ao reposicionamento de vários grupos e organizações, mas ainda não se redefiniu de conjunto os campos ou formas de ação. O que se percebe é uma ampliação dos grupos que começaram a participar do debate sobre liberalização comercial, e agora, do debate sobre integração regional.

Desafios para o feminismo no debate sobre Integração

O momento atual coloca novas possibilidades para o debate feminista como parte da construção de um projeto de integração, partindo de uma visão crítica à atual sociedade de mercado para avançar em um processo de emancipação para mulheres e homens da América Latina e Caribe.

A retomada de um processo de mobilização a partir, principalmente, da MMM e de setores camponeses e indígenas recolocou uma agenda crítica e radical no debate sobre igualdade entre mulheres e homens como parte de um processo de mudança global.

Como parte da mobilização e participação ativa nesse processo, tem-se

destacado a articulação realizada pela MMM, REMTE, mulheres da Via Campesina, diálogo Sur-Sur LGBT, Alai – Mujeres e outras. A definição da presença desse campo no processo é como mulheres organizadas em luta, mulheres que têm posição política de combate não só ao neoliberalismo, mas ao imperialismo e ao capitalismo. Colocam-se como uma articulação de combate à opressão das mulheres, ao racismo, à opressão em relação à sexualidade e reivindicam a diversidade e o respeito à natureza.

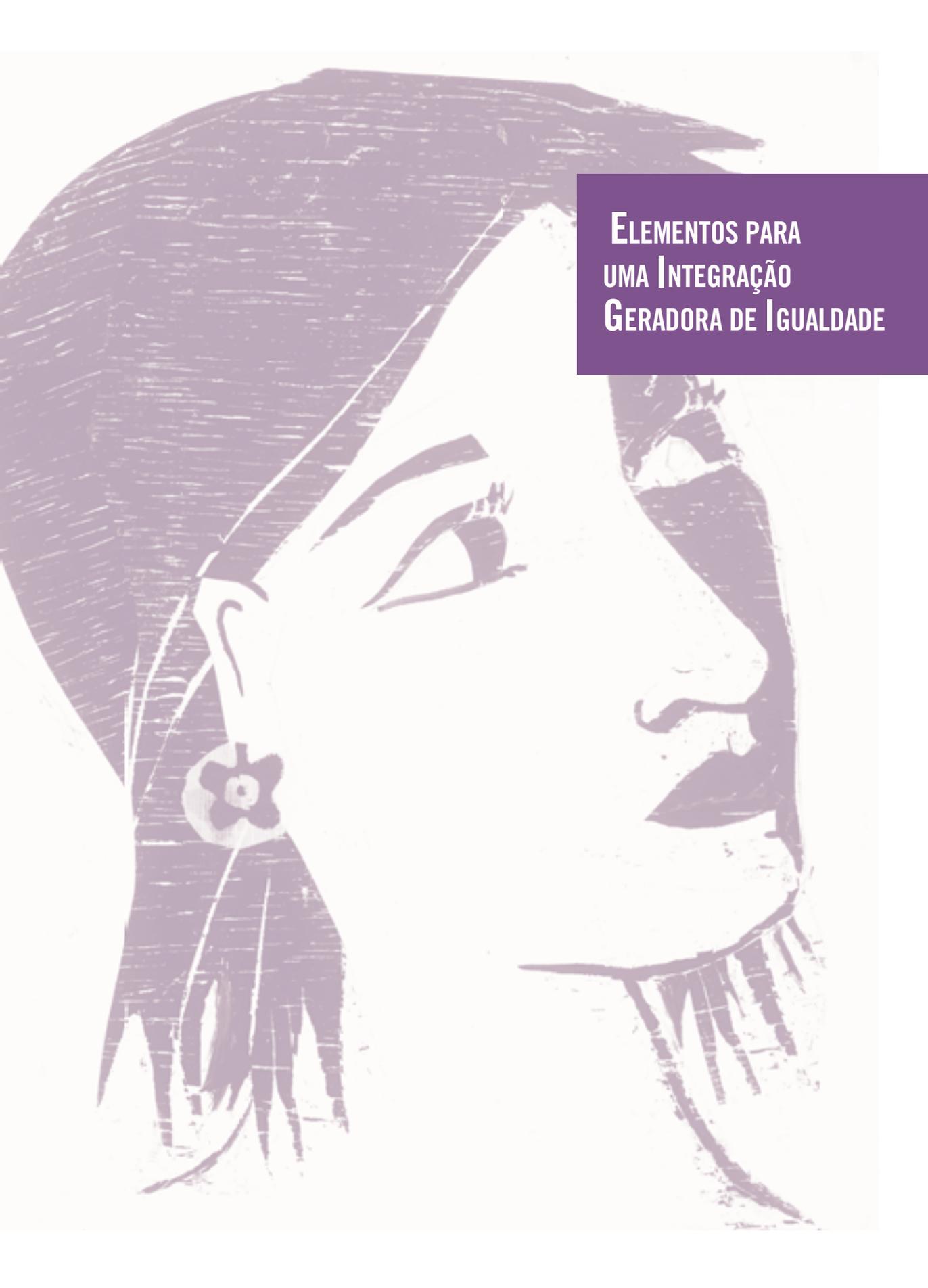
Essa construção se dá em um processo de aliança mais ampla com outros movimentos sociais e implica não somente participar dos espaços colocando uma agenda de reivindicações específicas das mulheres, mas construindo e sendo parte dessa construção geral.

Evidentemente, essa posição traz muitos desafios para o movimento de mulheres, tanto do ponto de vista de como se organizar e mobilizar, quanto de quais posições devem construir, e também em relação à capacidade de trabalhar todos esses temas e de poder tomar decisões coletivas. Além disso, é muito importante construir força a partir do movimento de mulheres para conquistar realmente que essa visão feminista seja incorporada dentro dos movimentos.

Mesmo com o acúmulo político atual segue o desafio de como a rearticulação de um campo popular vai incorporar todas as questões do debate feminista, porque não é fácil conquistar igualdade nos movimentos e a incorporação de uma visão feminista. É comum ouvir o questionamento sobre se esse tema de gênero e da diversidade não foi uma coisa que o neoliberalismo utilizou pra dividir a classe. A outra questão recorrente é uma formulação genérica sobre a igualdade de gênero que não está ancorada em uma reflexão real do que significa todos e todas assumirem a luta pela igualdade, tanto nas práticas, como nos valores e nas propostas.

Na verdade, segue como um desafio que haja o reconhecimento de que as mulheres são parte do sujeito histórico que vai realizar uma transformação geral. Mas não só as mulheres, também os e as indígenas, os camponeses e as camponesas, os e as afrodescendentes, os e as homossexuais, e assim por diante. Isso não é simples, traz conflitos e contradições, porque não se trata somente de reconhecer que existem várias forças, mas de construir uma visão integrada do que são as contradições, as hierarquias, as discriminações e, portanto, pensar e projetar uma proposta que seja capaz de responder a todas as questões que estão colocadas.





**ELEMENTOS PARA
UMA INTEGRAÇÃO
GERADORA DE IGUALDADE**

Adotar uma perspectiva de construção da igualdade pressupõe compreender que a sociedade é composta por homens e mulheres envolvidos numa relação social específica. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero. Disso, decorrem práticas sociais distintas; e também, uma relação desigual e hierárquica entre homens e mulheres. Tal relação tem como base material a divisão sexual do trabalho, que atravessa todo o campo social. Portanto, não há como questionar o modelo se não se questiona essa desigualdade (Daniele Kergoat, 1996).

O debate sobre economia feminista buscou, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como atorras econômicas, e assim, enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, considerados parte do mundo dos afetos, e não reconhecido como trabalho. Dessa forma, desconsidera-se a contribuição das mulheres para a economia. Como categoria de análise, utiliza-se o conceito de divisão sexual do trabalho, que permite abordar a relação entre produção e reprodução, mas também, a exploração diferenciada das mulheres no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

Mas é importante compreender as particularidades dessa chamada nova ordem da globalização neoliberal, que estendeu

de forma profunda o que chamamos de sociedade de mercado. Nesse modelo, o livre mercado se impôs, organizando a forma de viver da população.

O impacto da divisão sexual do trabalho

A presença das mulheres no trabalho considerado produtivo está marcada pela divisão sexual do trabalho, que separa o trabalho das mulheres do trabalho dos homens, e também os hierarquiza, valorizando mais o trabalho masculino. Além do mais, a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não altera em nada a questão da responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados. Mesmo depois das lutas feministas em vários países, isso mudou muito pouco, inclusive na realidade européia.

A privatização dos serviços básicos impede a garantia de direito a água, eletricidade, saúde e educação. Com isso, sobrecarregam-se as mulheres com o trabalho de cuidado, pois essa responsabilidade não é dividida adequadamente nem com os homens, nem com o Estado. Ainda que seja crescente o negócio de tecnologias domésticas e produtos que possam facilitar a realização desse trabalho, seu acesso está condicionado pelos recursos necessários para adquirir tais produtos. Com mais ou menos tec-

nologia doméstica ao alcance, a responsabilidade das mulheres nas tarefas de reprodução segue sendo central, e determina o uso do nosso tempo, opções e construção da subjetividade.

O segundo aspecto é que, sob este modelo de globalização neoliberal, a atual divisão internacional do trabalho é estruturada pela divisão sexual do trabalho. As mulheres estão concentradas em setores da produção internacionalizada, como em determinados ramos do agronegócio como a produção de frutas no Chile, aspargos no Peru, castanhas na Bolívia, flores na Colômbia, beneficiamento de pescados em outros. Na indústria, estão nas maquilas do México, da América Central ou Ásia.

Como característica da divisão internacional do trabalho, esse modelo utiliza a precarização do trabalho feminino. Nos países do Norte, isso se dá por meio da modalidade de trabalho em tempo parcial, enquanto nos países do Sul, via trabalho informal e precário.

Há que mencionar, como parte desse processo, o turismo sexual no Sul, e a migração e o tráfico para o Norte, que incrementa, por um lado, a prostituição e a indústria do entretenimento, e de outro, o emprego doméstico no Norte, o que Cristina Carrasco chama de "globalização do trabalho de cuidar das pessoas".

Por outro lado, há o fato tão mencionado de que, sob essa globalização, aumentou o trabalho assalariado das mulheres. Porém, o desemprego segue mais alto para elas, e no campo, o balanço em relação ao acesso ao trabalho e a renda para as mulheres é negativo. Ocorre, inclusive, uma diminuição da população no campo e maior migração das mulheres. Sabe-se que isso tem a ver com a ocupação de nossos territórios pelas transnacionais e, portanto, da concentração da terra em poucas mãos.

Nas palavras de Julia Di Giovanni (*Folha Feminista*, 2004): "Na globalização neoliberal, nas novas e velhas formas de imperialismo, vivemos sob uma combinação perversa entre mercado e patriarcado. A mesma força do patriarcado que nos mantém caladas como objetos do poder masculino, permite ao movimento da 'mão invisível' do mercado que negocia nossas vidas e direitos, é a mesma força do punho militarista que também se move impune por detrás das liberdades do capital".

Autonomia sobre seus corpos e suas vidas

Essa realidade também significa um retrocesso em várias conquistas feministas dos anos 70 e 80. Como parte desse processo, o mercado se apropriou do modelo de feminilidade tradicional e isso pode ser constatado em múltiplas dimensões, mas tem como ponto central

a idéia de que as mulheres devem viver para agradar o outro.

Foi dentro dessa lógica de mercantilização de todos os aspectos da vida que voltou a ser imposto um padrão de beleza estrito, vinculado a uma indústria que coloca a possibilidade da compra de tal beleza no mercado. Para isso, há toda uma parafernália que inclui regimes para emagrecimento baseados na medicalização, cosméticos, academias de ginástica, botox, lipoaspiração, cirurgias plásticas, etc.

Segue também a idéia de que uma mulher só é completa com a maternidade. Nesse caso, há uma apropriação perversa da luta das mulheres por emancipação e, hoje, a mulher é cada vez mais a única responsável pela família, em particular, nos setores mais pobres. Ao mesmo tempo, dentro dessa apropriação perversa, as mulheres são visibilizadas dentro do modelo como as pobres. Ou seja, o mercado se apropriou também do reconhecimento das mulheres como atorras econômicas. São vistas como aquelas que vão gerir a pobreza, gerenciando as políticas focais de alívio da pobreza. Ao mesmo tempo, esse modelo criou uma falsa dicotomia entre o econômico e o social. Magdalena León (2005) colocou o tema da seguinte forma: *"... essa velha problemática da economia feminista, com a globalização, transformou-se em outra, que é voltar a lutar pelo status econômico*

que tem a ver não só com a reprodução, mas com uma parte da produção feita pelas mulheres. Um problema central é que está traçada uma linha divisória entre o que é econômico e o que é social, em termos de temas, problemas, fenômenos, mas também de competências (...) O principal nesse campo são as finanças públicas, as taxas de juros (...) as questões relacionadas ao mundo monetário e financeiro. Foi-se separando cada vez mais alguns temas como sociais, por exemplo, o trabalho. Então, em geral, para toda a população, o trabalho, a pobreza e, claro, a saúde, a educação, etc, são vistos e tratados como temas sociais".

É fundamental ir além da avaliação dos impactos diferenciados das políticas econômicas sobre as mulheres, ou seja: atuar para explicitar a centralidade das relações de gênero no modelo econômico. Cabe, portanto, ver as magnitudes e significados das nossas contribuições nas relações que fazem possível sustentar a vida, a produção e a reprodução dentro de um modelo ineficiente e depredador.

Por uma integração geradora de igualdade

A integração do continente tem o desafio de mudar as relações de produção estabelecidas ao longo do colonialismo e do capitalismo neocolonial, que tornaram nossos povos dependentes e subordinados. Além disso, uma integração com igualdade deve atuar para dismantelar os

mecanismos de opressão, que conjugam classe, gênero, raça e etnia. Nesse sentido, há que se atuar para desconstruir as diversas formas de discriminação de mulheres, negros, indígenas, homossexuais e todos os setores oprimidos. Para isso, as reivindicações de tais setores terão que ser assumidas efetivamente, e o conjunto dos movimentos deve incorporar essas plataformas como parte de um projeto de integração. Por exemplo, a luta contra a violência que as mulheres sofrem, pelo direito a soberania sobre o corpo e a sexualidade, etc.

A partir dessas considerações, entendemos que uma proposta de integração geradora de igualdade deve¹:

- Colocar o tema do equilíbrio entre produção e reprodução e atuar para que a sustentabilidade da vida humana seja o eixo central para a construção de um novo modelo. Ou seja, a satisfação das necessidades humanas e o bem estar. Isso remete ao debate da relação entre produção e reprodução. Evidentemente, uma das questões básicas nesse debate tem a ver com a visão de desenvolvimento e de crescimento que muito já foi questionada pelo feminismo. O debate é sobre o quê e como produzir, e como distribuir. Hoje, o mercado impõe um padrão de consumo alimentar baseado na indústria e comércio da alimentação sob controle das grandes transnacionais, contexto no qual a distri-

buição está concentrada nos grandes supermercados. Muitas vezes, esse padrão é adotado pelas famílias em função de diminuir o trabalho doméstico, uma vez que isso está sob a responsabilidade individual das mulheres. Isso se remete não só à forma como se organiza o consumo cotidiano, mas ao modelo energético, à relação com a natureza, ao padrão de consumo, à produção industrial e camponesa, à organização dos serviços públicos, etc. Assim, deve-se agregar a importância de visibilizar as dimensões de gênero em tais decisões.

- Um projeto emancipador só existirá se for garantida a soberania das mulheres sobre suas vidas. A autonomia sobre nossos corpos, o direito a viver sem violência, a optar se queremos ou não ser mães, a interromper uma gravidez indesejada. Que essa soberania seja garantida pelo Estado e que o conjunto da sociedade construa e reconheça modelos abertos de sexualidade e de família, que não fiquem atados àqueles impostos pelo patriarcado, o capitalismo, a igreja e a norma heterossexual.

- É estratégico ter a Soberania Alimentar como uma das propostas estruturais de um projeto de integração dos povos. Em primeiro lugar, ela propõe a defesa do conhecimento das mulheres e recusa

1. Algumas propostas contidas nesse texto estão baseadas no panfleto *Mulheres construindo alternativas para outra Integração*, elaborado para Cumbre Social de los Pueblos, Cochabamba, dezembro de 2006.

qualquer mecanismo de privatização da vida. Além disso, é possível visibilizar a relação campo-cidade e a importância de considerar a inter-relação entre o consumo alimentar na cidade com a produção e distribuição de alimentos. A integração alternativa é indispensável para, finalmente, romper a matriz colonial que se mantém em nossas economias, pois nos atribuiu e nos atribui o que devemos produzir, e em que condições, fato que, no neoliberalismo chegou a afetar a estrutura básica de produção alimentar que haviam construído as economias indígena e rural.

- É fundamental recolocar o papel do trabalho com centralidade. Seja no sentido de recuperar que o trabalho humano é o principal construtor das riquezas existentes, seja no sentido de atuar para a desalienação do trabalho e a reorganização do mesmo. Nisso se insere não só o debate dos direitos e das condições de trabalho, mas também, a construção de uma crítica e uma alternativa a fenômenos ainda considerados um pouco fora da agenda dos movimentos. Por exemplo, o tema da migração, turismo sexual, tráfico sexual e prostituição. Não se trata apenas de reivindicar os direitos dos/das migrantes nos países para onde foram. Trata-se de questionar a extensão, o significado desses fenômenos, principalmente desmascarando tanto o papel

das máfias envolvidas, como a hipocrisia de muitos governos que vêem nesses processos possibilidades de aumentar a entrada de dólares no país. O neoliberalismo fez com que nossa produção fosse destinada ao exterior, o que impõe um modelo de desigualdade ao interior dos países. Garantir trabalho digno para todos e todas, emprego com direitos, erradicação da pobreza, a oportunidade de não ter que migrar e possuir condições para viver onde queiram, são questões que se vinculam diretamente com decisões soberanas sobre o modelo e a política econômica.

- Recuperar o sentido público do Estado. Na maioria dos nossos países, o Estado não é mais reconhecido pela população como provedor de direitos, e o neoliberalismo tem atuado sobre isso. É necessário recuperar o papel do Estado como o que garante esses direitos, que esteja a serviço da sociedade e do povo, que exerça seu poder e execute a gestão de forma democrática, transparente, com participação popular. Portanto, o conjunto dos governos deve romper com a visão monetarista de acordo com a qual atuam, baseada no ajuste, sem colocar a questão da garantia de direitos como a sua principal função. Um Estado comprometido com a autodeterminação dos povos, que respeite a diversidade e esteja compromete-

tido com a construção de uma sociedade igualitária. Isso significa que os governos devem enfrentar os privilégios com das elites que impedem que nossos povos tenham seus direitos garantidos.

- Uma ampla e urgente democratização dos meios de comunicação que rompa com a intermediação dos meios transnacionais e empresariais que impõem suas próprias agendas de comunicação, invisibilizam as mulheres em sua ação pública e criminalizam a ação social. Precisamos nos apropriar da comunicação no sentido da cidadania, a fim de estabelecer diálogos entre países e povos que propiciem o conhecimento e entendimento mútuo.

Perspectiva feminista para enfrentar o mercado

Por outro lado, ainda há um conjunto de temas vinculados à questão de alternativas que devem ser construídas a partir de uma visão feminista. Os temas da energia, de investimento, da crítica à empresa como a suposta unidade econômica, e alguns ramos da tecnologia, em geral, refletem espaços nos quais as mulheres permanecem excluídas. Não é por acaso que em temas como a defesa da biodiversidade e a crítica às patentes, as mulheres têm sido protagonistas, pois sua experiência cotidiana, ainda que marcada pela divisão sexual e seu lugar

na família, permitiram acumular conhecimentos e construir posições críticas às tentativas de dominação por parte do mercado e, ao mesmo tempo, apresentar alternativas.

A visão de integração que queremos construir é baseada na ética e em valores de humanidade, não apenas no mercado. Propõem-se mudanças no modelo econômico, pelas quais noções como crescimento, mercado, modernização e desenvolvimento são questionadas. No debate atual, há enunciados gerais que coincidem com princípios-chave da economia feminista: solidariedade, cooperação, reciprocidade e justiça. O desafio é que passem de um discurso retórico a práticas e políticas concretas.

A reapropriação coletiva de nossos recursos, a adoção de formas variadas de organizar a produção, a prioridade para o cuidado e bem estar humanos, o fortalecimento das diversidades e autonomia plena das mulheres são imperativos para Outra Integração.

É no processo de luta e organização que se dá a construção das bases desse sujeito coletivo histórico, que luta por uma sociedade sem exploração, sem desigualdade em relação às mulheres, sem racismo, com respeito à liberdade de orientação sexual e a garantia da soberania dos povos unidos em sua diversidade.

- ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia e ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 200. p. 383-426.
- CAMURÇA, Sílvia, "Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia" In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.
- CASTRO, Maria Silvia Portela. *Integración, libre comercio y la acción sindical en América Latina y Caribe*. ORIT, 2007.
- CODAS, Gustavo. "América Latina: integración regional y luchas de emancipación". Contexto Latinoamericano. Revista de Análisis Político, nº1, Bogotá: Ocean Sur, 2006.
- FARIA, Nalu. "O feminismo Latino-americano e caribenho: perspectivas frente ao neoliberalismo" In: *Desafios do livre mercado para o feminismo*. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2005.
- FURTADO, Fabrina. "Banco do Sul: uma alternativa de financiamento ao desenvolvimento?" na internet: www.rbrasil.org.br/content,0,0,1966,0,0.html
- Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos. Rebrip, ASC, Campanha Brasileira contra a ALCA/OMC
- Integración y territorios: alternativas para una integración de los pueblos. Cone Sul Sustentável, Fundação Heirich Boll, 2007.
- KABEER, Naila. "Tácticas y compromisos: nexos entre gênero y pobreza". In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen (ed). *Género y Pobreza: Nuevas dimensiones*. Ediciones de las mujeres, nº26. Chile: Isis Internacional, 1998.
- KERGOAT, Daniele. "Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho". In: LOPES, Marta Julia, MEYER Dagmar e Waldow, Regina (orgs) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LANDER, Edgardo. "Modelos alternativos de integração? Projetos neoliberais e resistências populares". Revista OSAL nº15. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEÓN, Magdalena. "Alternativas al modelo: experiencias y desafíos en América Latina". Texto aula do curso virtual da REMTE "Economia Feminista: uma visão anti-sistêmica", 2007.
- LEÓN, Magdalena. "La perspectiva de las mujeres" In *Integración: nuevas rutas*. América Latina en Movimiento 414-5. Ecuador: ALAI, 2006
- PORTUGAL, Ana Maria e TORRES, Carmen. "Transiciones democráticas en el Cono Sur y Brasil: luces y sombras desde la perspectiva de género". ALOP, 2005.
- STUART, Ana Maria. "Integração regional e construção da democracia na América do Sul" In: FRATI, Mila (org) *Curso de formação em política internacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- VARGAS, Virginia. "Los nuevos derrotados a fin de milênio: derechos y autonomía". In: PORTUGAL, Ana María; TORRES, Carmen. (Ed) *El siglo de las mujeres*. Ediciones de las Mujeres nº28. Chile: Isis internacional, 1999.



Apoio:
Oxfam
Fundação Heinrich Böll